

Informativo da Divisão de

Acervo Histórico

ano IV – nº 16 – janeiro/fevereiro de 2018

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

50 ANOS DA SEDE DO LEGISLATIVO PAULISTA

EDIÇÃO COMEMORATIVA



EDITORIAL

Esta edição do Informativo do Acervo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo comemora os 50 anos de inauguração da atual sede do Poder Legislativo.

Com arquitetura moderna, o Palácio 9 de Julho foi planejado exclusivamente para sediar a Assembleia Legislativa, por meio de concurso público realizado em 1961.

Veremos mais detalhes sobre esse concurso na coluna **Compromisso com a Memória**.

A seção **Na Tribuna**, por sua vez, traz trechos de discursos dos deputados e do governador

proferidos na solenidade de inauguração da nova sede, no início de 1968.

E, por fim, abordamos os detalhes da noite de 14 de junho de 1961, quando foi divulgado o resultado do concurso de arquitetura para escolha do anteprojeto do edifício-sede da Alesp, uma solenidade transmitida ao vivo pela televisão e realizada no auditório do Teatro Cultura Artística, em São Paulo.

Boa leitura!



Expediente

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Presidente: Cauê Macris

1º Secretário: Luiz Fernando T. Ferreira

2º Secretário: Estevam Galvão

Secretário Geral Parlamentar

Rodrigo Del Nero

Secretário Geral de Administração

Joel José Pinto de Oliveira

Departamento de Documentação e Informação

Daniel Ranieri Costa

Divisão de Acervo Histórico

Mônica Cristina Araujo Lima Horta

Coordenação editorial

Maurícia Figueira

Projeto gráfico

Jair Pires de Borba Junior (Gráfica da Alesp)

Diagramação e impressão

Giovanna Papariello (Gráfica da Alesp)

Textos

Mônica Cristina Araujo Lima Horta; Dainis Karepovs;
Maurícia Figueira; Silmara de Oliveira Luar

Colaboradores

Françoise Evelyne Aron; Karen Araújo

Revisão

Dainis Karepovs

Estagiários

Lorena Jade; Luara Allegretti; Matheus Matos;
Vinícius Mizumoto Mega; Ícaro Uemoto

Imagem da capa

Fachada da Assembleia Legislativa de São Paulo
Palácio 9 de Julho

Foto: Maurício Garcia

Telefones: (11) 3886-6308/6309

E-mail: acervo@al.sp.gov.br

Site: www.al.sp.gov.br/acervo-historico

Tiragem: 300 exemplares

COMPROMISSO COM A MEMÓRIA

50 anos da sede do Legislativo Paulista

Há 50 anos a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ganhava sua quarta sede. Pela primeira vez, o parlamento paulista ocupou um prédio projetado especificamente para abrigá-lo. Todo o mobiliário e o paisagismo foram concebidos e planejados para se harmonizarem com a concepção arquitetônica. A nova sede foi inaugurada no 414º aniversário de São Paulo, em 25 de janeiro de 1968, um pouco mais de sete anos após o então presidente da Assembleia Legislativa, Roberto Costa de Abreu Sodré, propor a construção de nova sede para o Legislativo paulista. O novo prédio manteve o nome dado à sede anterior, o Palácio das Indústrias, de Palácio 9 de Julho.

Abreu Sodré justificou a necessidade da construção de uma nova sede:

A construção, em lugar apropriado na Capital paulista, de um edifício que propicie à Casa das Leis o exercício normal de suas funções específicas, não só possibilitará maior rendimento às atividades parlamentares como oferecerá o indispensável decoro e as instalações condizentes com a majestade do Poder que, mais que qualquer outro, encarna e reflete a soberania popular.

Em 28 de dezembro de 1960, um decreto do governador Carvalho Pinto destinou um terreno de 30 mil m² para a construção do novo prédio da Alesp. Em 1961, foi aberto um concurso público para escolher o projeto para a nova sede do Legislativo estadual. Tendo o arquiteto Alberto Rubens Botti como consultor e o júri composto pelos arquitetos Ícaro de Castro Mello, Oswaldo Bratke e Paulo Antunes Ribeiro, o concurso teve 197 inscritos, dos quais 46 apresentaram projetos para a nova sede.

No dia 14 de junho de 1961, a Comissão Julgadora do concurso se reuniu para anunciar o resultado (publicado no *Diário Oficial* de 17 de junho de 1961). O vencedor foi o projeto do arquiteto Adolpho Rubio Morales e sua equipe, os arquitetos Fábio Kok de Sá Moreira, Edla Maria Soares Rubio, Ruth do Valle

Kok de Sá Moreira e Ludovico Martino.

Assim justificou a Comissão Julgadora a escolha do projeto:

Da implantação escolhida resultou um conjunto cuja majestade espontânea e o caráter indicam o fim a que se destina o edifício.

A simplicidade com que foi resolvido o problema, seja do ponto de vista plástico, seja do da função, evitou artificios onerosos ou comprometedores, tornando também sua estrutura de solução simples e econômica, sem prejuízo, entretanto, de qualquer outro aspecto do projeto.

Ainda, pelo fato de ter optado pela solução horizontal, propiciou sem dúvida alguma, uma circulação e interligação mais fácil, econômica e confortável.

Após isso, foi aberta concorrência pública para realizar os serviços de terraplanagem e galeria de águas pluviais no terreno onde seria construída a nova sede da Alesp. A vencedora foi a empresa Pavimentadora Financial S.A. A vencedora da concorrência pública para a construção do prédio foi Ribeiro Franco Engenharia e Construções S.A.

A pedra fundamental foi lançada em 9 de julho de 1962. A construção levou 5 anos, 6 meses e 23 dias de trabalho e finalmente, em 25 de janeiro de 1968, o então governador Abreu Sodré inaugurou o novo Palácio 9 de Julho.



Vista aérea da Assembleia Legislativa de São Paulo

Discursos da Sessão Solene de inauguração da nova sede



Assembleia Legislativa logo após inauguração em 1968 - visão lateral

A inauguração da nova sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo foi marcada por uma solenidade que contou com a presença do governador do Estado, Roberto Costa de Abreu Sodré; o presidente da Câmara Federal, deputado João Batista Ramos; o prefeito de São Paulo, Faria Lima; o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi e outras autoridades.

A seção **Na Tribuna** reproduz, nesta edição especial, alguns dos discursos proferidos na sessão solene realizada com a finalidade de inaugurar o novo prédio, em 25 de janeiro de 1968.

O presidente da Assembleia Legislativa de então, Deputado Nelson Pereira, abriu a solenidade relembrando o aniversário de São Paulo:

O SR. PRESIDENTE – NELSON PEREIRA – ARENA – Inauguramos hoje, 25 de janeiro de 1968, a nova sede do Poder Legislativo de São Paulo.

25 de janeiro de 1968!

25 de janeiro de 1554!

Do pequeno colégio dos jesuítas, prólogo feliz de uma gloriosa epopeia, que há 414 anos vem transformando o Planalto de nossa predestinação histórica; das colinas ondulantes que sentiram, através dos séculos, o trepidar febricitante de nosso engrandecimento; dos campos de Piratininga, repositório de feitos inesquecíveis, à Metrópole jamais sonhada por aqueles que a viram florescer.

Do ontem de nossa existência aos dias de hoje, dos quais somos partícipes e por eles responsáveis, há um perpassar incontável de fatos e de eventos decisivos, que vêm marcadamente projetando a comunidade paulista, como parcela de ponderável relevância e de definitiva atuação nos destinos da Nação Brasileira, reverenciando-a com a dignidade e respeito, valorizando-a com a operosidade de seus filhos.

E, esta inauguração, nesta data, homenagem que o Poder Legislativo Paulista presta a São Paulo é, também, na reversibilidade do gesto, homenagem que São Paulo, aniversariante, presta ao Brasil, dotando-o de mais uma Casa de Leis que será, doravante, ponto de referência obrigatório e condigno da Capital bandeirante. Idealizada e iniciada pelo Presidente da Assembleia Legislativa de então, o deputado Roberto Costa de Abreu Sodré, quis o destino assistisse ele, na qualidade de Governador do Estado de São Paulo, a concretização do velho sonho há tanto acalentado e que, desde a primeira hora de sua gestão à frente do Executivo Paulista, tudo fez para que se tornasse realidade aquilo que hoje nos é dado assistir, jamais negando sua imprescindível colaboração e o seu irrestrito e integral apoio.

Nelson Pereira continuou seu discurso prestando homenagem ao arquiteto Adolpho Rubio Morales e às empresas que participaram da construção da nova sede:

O SR. PRESIDENTE – NELSON PEREIRA – ARENA – Adolpho Rubio Morales, símbolo da moderna arquitetura brasileira, que já se projetou além das fronteiras, concebeu, com rara felicidade e com pureza de esteta, o complexo artístico que enaltece, sobremodo, aquele que o delineou.

Enaltecem, igualmente, todos aqueles que propiciaram, cada um em seu setor, a sua concretização, a firma construtora Ribeiro Franco S/A, responsável direta pela construção e execução global desta magnífica obra; as empresas que aqui deixaram a marca de sua eficiência e de seu elevado gabarito profissional, numa confirmação de extraordinário nível de nossa indústria, presente a cada canto desta empreitada; os

milhares de trabalhadores, desde o mais modesto, ao mais qualificado, que viveram, com invulgar dedicação dias incontáveis de ininterrupto labo; os arquitetos, engenheiros e técnicos, aos quais coube a solução dos problemas que inevitavelmente surgiram, todos eles arquitetos, engenheiros, técnicos

e operários, personificados na figura simples e altamente capaz da Dra. Mara Mazzoncini que, ao título universitário que tanto dignifica, alia a sensibilidade de alma da mulher brasileira: a Comissão de Obras da Assembleia, que jamais descuidou da ingente missão que lhe fora destinada; todos os que, direta e indiretamente, contribuíram para o pleno desenvolvimento dos trabalhos e dos encargos distribuídos e que, por tudo o que fizeram, poderão sentir hoje, a satisfação, mais do que merecida, do dever cumprido.

O presidente da Assembleia Legislativa terminou seu discurso na solenidade fazendo uma reflexão sobre as características e importância do Poder Legislativo:

O SR. PRESIDENTE – NELSON

PEREIRA – ARENA – O Poder Legislativo, este, nem muda, nem se transfere. Mudam aqueles que eventualmente o integram no desenvolvimento da atividade legislativa; transfere-se, por circunstâncias, a sede material onde essa atividade é exercida. (...) Mas a essência de seu significado e a razão de ser de sua finalidade precípua, são imutavelmente as mesmas; onde estiver a representação popular, onde estiverem os representantes do povo, no exercício de suas altíssimas atribuições, mesmo longe do recinto normal da convivência parlamentar, se circunstâncias adversas e excepcionais assim o determinarem, lá estará, com toda a força de suas prerrogativas, a Instituição.

(...)

O Poder Legislativo, Instituição imperecível, nem muda, nem se transfere.

Ganha, isto, sim, para que as perpetue a reafirmação de seu papel histórico, elementos novos para o seguimento de sua tradição, adequadas e condizentes com

os reclamos de moderna sistemática da representação popular.

Representação indispensável para que uma nação seja livre, pois, quando o Parlamento é silenciado, amordaça-se o povo, asfixia-se a liberdade e a democracia perece.

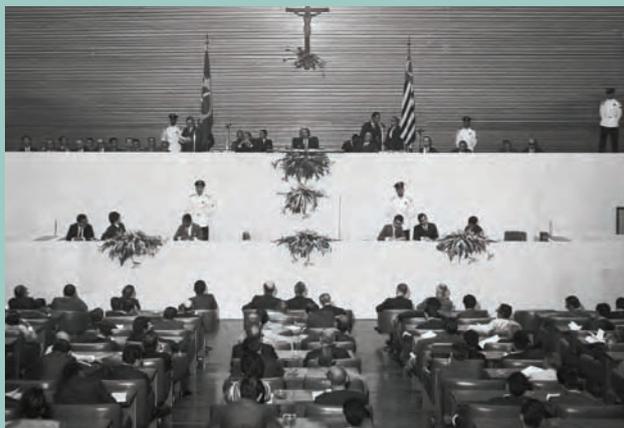
Fiéis às nossas tradições de povo livre, reafirmamos nossas disposições de lutar sempre por essa liberdade.

Povo de São Paulo:

De pé, nós, os teus representantes, olhos voltados para o teu passado de glórias e para teu futuro de gigante, nós te entregamos, como votiva oferenda, a nova sede do Poder Legislativo, poder desarmado, mas intocável, pois, a ti, somente a ti pertence.

Roberto Costa de Abreu Sodré propôs, em 1960,

Moção apresentada pelos deputados na inauguração da nova sede



Posse da primeira mesa no prédio novo - 14.3.68

Justificativa

O novo Palácio 9 de Julho, que vem embelezar e engrandecer o conjunto arquitetônico e urbanístico do Parque Ibirapuera, custou sete anos de esperanças e de árduo trabalho, mas a obra ora concluída e entregue à cidade diz bem da pujança dos paulistas, de suas tradições e suas glórias, e está à altura deste Estado-gigante, líder da Federação e orgulho do Brasil.

Assim, é justo que nesta oportunidade histórica, sejam lembrados os nomes de todos os que contribuíram para a consecução desse alto objetivo, a começar pelo governador Abreu Sodré, que como presidente desta Casa, em 1960, teve a iniciativa da construção da nova sede da Assembleia. Devem igualmente ser lembrados os demais presidentes e membros da Mesa que incentivaram a concretização da obra e nela se empenharam, em particular da atual Mesa, tendo à frente o presidente Néelson Pereira, que

(Moção do deputado Leôncio Ferraz Jr. subscrita por 102 deputados)

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ao ensejo da inauguração da nova sede do Poder Legislativo estadual, no dia 25 de janeiro de 1968, expressa seu aplauso e manifesta sua gratidão ao povo paulista, colaborador anônimo na concretização desta obra monumental, marco destacado na história de São Paulo e expressão do espírito empreendedor e progressista da comunidade bandeirante e do seu apreço para com os poderes constituídos.

no decorrer de 1967 esteve inteiramente voltada à conclusão do prédio e agora vê coroada de êxito essa luta, tornando-se, assim, merecedora dos mais sinceros elogios e da merecida gratidão.

Mas, acima de tudo, a inauguração da nova sede é a festa de São Paulo. É o povo bandeirante que está de parabéns, pois foi ele que contribuiu anonimamente para que se erguesse o edifício-monumento, o melhor cartão de visitas que São Paulo tem a oferecer. É o povo paulista que merece cumprimentos — e a inauguração da nova sede é a oportunidade, justa e necessária, para que esta Casa se levante e reafirme aos paulistas a identidade de pensamentos e ideais entre seu povo e seus representantes, e o reconhecimento do Poder Público para com esta população ordeira e progressista, que faz a grandeza de São Paulo.

quando ocupava o cargo de presidente da Assembleia Legislativa, a construção de uma nova sede para o legislativo paulista. Oito anos depois, já como governador do Estado, Abreu Sodré se disse emocionado ao participar da inauguração do novo prédio:

O SR. GOVERNADOR DO ESTADO –

Compareço nesta data histórica de 25 de janeiro, a esta solenidade de inauguração da nova sede do Poder Legislativo Paulista, como se retornasse à minha própria casa.

Tive a honra de ser durante longo tempo, um dos vossos pares e Presidente durante três sessões legislativas. E honra, ainda, a ter sido investido por este Poder, como fonte representativa do povo, nas altas funções de Governador do Estado de São Paulo. Tendo feito tudo isso no sentido de prestigiar o Poder a que pertenci. Mas o sentimento de estar na minha morada — e que me provoca agora uma emoção singular — decorre do fato de ter sido esta nova Casa, também um sonho meu, como foi o de vós

todos, sonho que acalentei com obsessão e ajudei a transformar-se em realidade.

Como deputado e vosso Presidente quis dar ao Legislativo uma sede à altura da sua dignidade de Alto Poder do Estado. Como Governador me orgulho vendo concretizada esta valorização do mais representativo órgão da soberania popular.

Realmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este ato material de edificar uma sede digna das funções que exercem é inseparável da decisão que a todos nos une; a de defender a continuidade e o prestígio da representação popular expressa nesse órgão coletivo, símbolo do povo como comunidade consciente e organizada.

Abreu Sodré, continuando a relembrar os tempos em que era deputado, abordou também a importância da harmonia e independência entre os poderes:

O SR. GOVERNADOR DO ESTADO – O Poder Legislativo Paulista, que integrei, ao vosso lado, Srs. Deputados, e da qual me destes, em mais de uma circunstância, a suprema direção, irá debruçar-se sobre o novo Brasil, nascido de tão árduas lutas e no instante em que rompemos, para sempre as barreiras do subdesenvolvimento. Temos que nos mobilizar para a ação e não para a inação. Temos que nos convocar para as obras construtivas e não para as medidas secundárias, que nada crescem ao bem das comunidades. Temos que fazer da separação dos poderes a garantia da independência desses poderes, mas temos, também, que fazer, da sua harmonia, a oportunidade fecunda de um labor comum, sempre com os olhos postos

na grandeza do Brasil e na urgente satisfação das aspirações do nosso povo.

Que o relevo de vossa ação e a gravidade de vossa ação e a gravidade de vossa missão, senhores deputados de São Paulo, no instante em que somos chamados, pela nossa experiência e nosso trabalho, a colaborar com nossos irmãos de todos os Estados, na missão de integrar o país no seu próprio destino, que essa ação e essa missão sejam o patrimônio que defenderemos, para afirmar ainda e sempre a vocação democrática do Brasil.

O deputado Chopin Tavares de Lima, líder da bancada do Movimento Democrático Brasileiro no Palácio 9 de Julho, inicia seu pronunciamento falando sobre seus pensamentos ao entrar na nova sede:

O SR. CHOPIN TAVARES DE LIMA

- MDB – Eis-nos, pois, agora, a inaugurar as novas instalações do Parlamento Paulista neste Palácio, possibilitado pelas modernas soluções da arrojada arquitetura contemporânea.

E aqui, estando a falar em nome da Oposição, como líder da bancada estadual do Movimento Democrático Brasileiro, procuro trazer, a este anfiteatro ilustre que me ouve, a minha primeira impressão, ao transpor o pórtico monumental desta Casa: suas augustas paredes fizeram-se pensar em frios e antigos mármore, cujas linhas clássicas, batidas pelo sol intenso do Peloponeso, e pelas brisas suaves do Egeu, emolduravam as ágoras helênicas, em que se reunia o povo, à sombra das oliveiras vigorosas, dos acantos selvagens dos capitéis cantados na lenda poética de Calímaco



Concorrência pública para acabamento do novo prédio - 10.2.64

a decidir os negócios de Estado, na realização direta da democracia, nos primórdios dos tempos históricos.

Chopin Tavares de Lima fez também uma reflexão sobre as dificuldades encontradas no Legislativo paulista:

O SR. CHOPIN TAVARES DE LIMA - MDB

– Em nosso país, restringe-se-lhe a iniciativa legislante; atabalhoaram-se-lhes as tarefas, com a marcação de prazos fatais para apreciação de ilimitado número de proposta de leis, muitas delas não suficientemente informadas, de modo a impossibilitar-lhe o consciencioso estudo de suas conveniências ou inconveniências, e a inverter-se o processo da obstrução regimental, até aqui arma tradicional e privativa das minorias; impõe-se-lhe a destempe funções constituintes amplas, não mencionadas pelo povo; impinge-se-lhe a figura condenável do colégio eleitoral de segundo estágio, e, finalmente, procura-se transformar em unipartidarismo o já exíguo sistema em vigor, através da manobra solerte das sublegendas.

A reunião a que hoje comparecemos constitui, precipuamente, uma festividade do Poder Legislativo. Seja-me, pois, na qualidade de um de seus membros, permitida a análise de suas dificuldades, e a procura das soluções acertadas para seus problemas, concretizando aqui e agora, através de meus atos e de minhas palavras, com a autenticidade que lhes quero imprimir e da qual de resto nunca pretendi desviar-me, todo o conteúdo do regime democrático — pois, as instituições se preservam e se aprimoram tão só pelo uso constante que dela fazemos.

Encerrando seu pronunciamento, Chopin Tavares de Lima citou o Papa Paulo VI:

O SR. CHOPIN TAVARES DE LIMA - MDB

– (...) façamos tudo o que estiver em nós, e mais do que aquilo que em nós estiver, para realizar a ânsia contida que nosso povo sente, como também sentem os povos que somente há pouco conseguiram a independência nacional, a necessidade tão bem expressa na frase incisiva do Santo Papa Paulo VI em sua impressionante encíclica *populorum progressio*: “a necessidade de acrescentar a esta liberdade política um crescimento autônomo e digno, tanto social, como econômico, a fim de garantir aos cidadãos o seu pleno desenvolvimento humano, e de ocupar o lugar que lhes pertence no concerto das nações”.

Em seu discurso, o líder da maioria, deputado Paulo Planet Buarque registra o simbolismo da inauguração da nova sede deste Parlamento em 25 de janeiro:

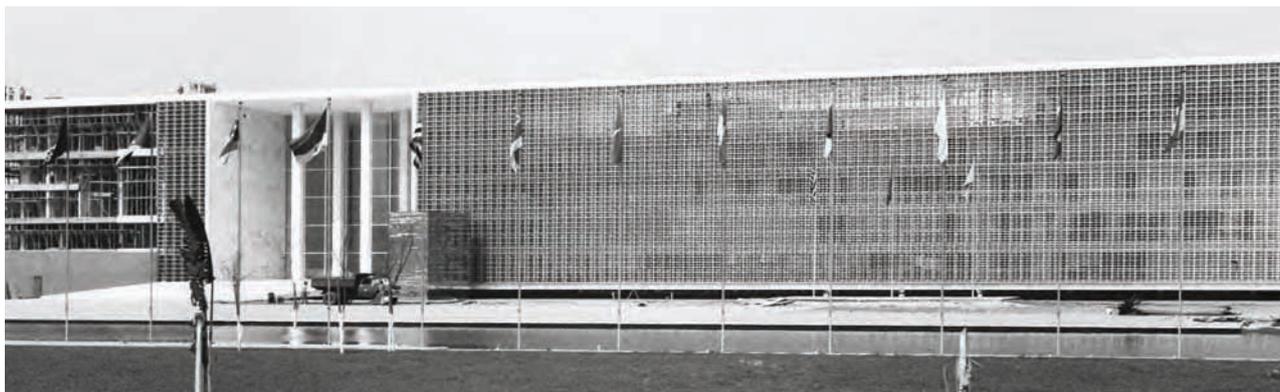
O SR. PAULO PLANET BUARQUE –

inauguramos este soberbo
Palácio, obra prima da
arquitetura moderna
brasileira, nesta data gloriosa
de 25 de janeiro

ARENA – (...) esta solenidade nos enche de grande júbilo quando inauguramos este soberbo Palácio, obra prima da arquitetura moderna brasileira, nesta data gloriosa de 25 de janeiro. Que não pretendemos a identifique apenas

como ponto de atração turística na nossa imensa metrópole. Porque um Parlamento não deve ser apenas expressão de sua beleza exterior; deve ser necessariamente considerado, medido, exaltado, também pela alma que contenha, pelo espírito que revele como consequência de coragem cívica dos seus membros, do entusiasmo dos seus integrantes da criação legislativa com vistas aos interesses populares dos que representamos.

Feliz, porque cheio de significações, a escolha deste dia para oferecer ao povo a sua nova Casa. Saberemos entender daqui os seus anseios, pondo todo o nosso esforço no sentido de acompanhar, vigilantes e atuantes, a escalada do desenvolvimento, que não é mais possível deter, pois esta é a hora do Brasil.



Assembleia Legislativa logo após inauguração em 1968 - visão espelho d'água

Resolução mantendo o nome do edifício

Resolução nº 566, de 30 de outubro de 1967 (DO 31/10/67):

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo faz publicar a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo resolve:

Art. 1º - O edifício sede da Assembleia Legislativa, ora em construção no bairro do Ibirapuera, manterá a atual denominação de “Palácio 9 de Julho”.

Art. 2º - Respeitadas as características do estilo arquitetônico do edifício, a denominação referida

no artigo anterior será inscrita na parte externa do prédio, de modo a identificá-lo.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 30 de outubro de 1967.

Nelson Pereira, Presidente

Gilberto Siqueira Lopes, 1º Secretário

Oswaldo Rodrigues Martins, 2º Secretário

O 25 de janeiro assinala o nascimento de São Paulo, sob o signo do Evangelho da Cruz, marcando nosso destino de nação cristã. E essa data ficará entrelaçada na história desta Casa, com o 9 de Julho, que concretizou a recusa do nosso povo em viver sem leis e sem liberdades.

O líder da maioria continua seu pronunciamento esperançoso pela volta da plena democracia no país:

O SR. PAULO PLANET BUARQUE – ARENA – Essas mesmas leis e liberdades, que esperamos voltem brevemente na plenitude da sua forma democrática, para, o que, contudo, será necessário revelarmos, nós civis, aquelas qualidades do bom senso, discernimento, desprendimento ao ponto de abrímos mão das nossas ambições desmedidas, que nos confundem e às vezes nos conduzem aos caminhos que em

outras oportunidades entenderíamos errados, para nos unirmos objetivando, isso sim, o progresso, o desenvolvimento, o sadio nacionalismo, da grande Pátria, onde, infelizmente, de raro em raro é que são considerados os problemas nas camadas populares.

Senhor Governador Abreu Sodré, Senhor Presidente e Senhores deputados, pela minha voz como líder do Governo nesta Assembleia, quero proclamar que o Poder Legislativo de São Paulo, com os olhos postos no interesse do povo, tudo fará para ser digno da investidura de mandatário das aspirações, dos sonhos e das esperanças da nossa gente. Porque Arena e MDB, situação e oposição, através do convívio amigo, ressalvadas suas posições políticas, respeitados seus legítimos interesses, têm demonstrado que podemos divergir, poder dissentir, sabendo, contudo, unir esforços, votar no comum quando esses interesses populares se sobrepõem.

O mármore e o alumínio, o tremendo esforço do povo para que sua Casa tivesse a dimensão e a proporção que tem, saberá ser compreendido pelos seus representantes.

Finalizando seu discurso, Paulo Planet Buarque se mostrou otimista quanto ao futuro do País:

O SR. PAULO PLANET BUARQUE – ARENA – E permitam-me, por fim, no ocaso das minhas palavras, no encerramento do meu discurso, assinalar a confiança dos homens da Arena e do Governo no futuro promissor do Brasil. Nosso país exige, para atingir esse futuro, executivos realizados e homens honestos,

nacionalistas e corajosos, sendo certo, porém, que, acima de tudo dependerá do esforço e da vontade de nós mesmos brasileiros. Não havendo porque não cremos no nosso porvir. Sejam otimistas, deixando de lado as aves agourentas que nunca construíram nada na história da humanidade.

Sejam otimistas e inspirando-nos no exemplo de nações mais pobres, com problemas que nunca tivemos, e que emergiram dessa miséria e dessas dificuldades, apenas com o trabalho e o entusiasmo da sua gente. Dando, nós de São Paulo, mais ricos e melhor favorecidos pela natureza, o generoso exemplo, que o Brasil alcançará mais rapidamente seu indestrutível destino.

Viva São Paulo! Viva o Brasil!



Visita da Mesa Diretora às obras do novo prédio - 16.7.65



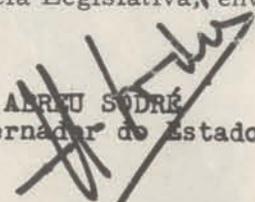
O Governador do Estado enviou ao Presidente da Assembléia, a seguinte mensagem:

Eminente Presidente

No momento em que a Assembléia Legislativa inaugura seu edifício próprio, à altura das tradições do Estado, cuja Capital celebra hoje festivamente mais um aniversário, dirijo ao povo de São Paulo, através de V. Exa., uma saudação cordial, fraterna e de paz.

Honro-me de, na minha vida pública, ter pertencido à Casa das Leis, que presidi, por expressa vontade dos parlamentares, por três legislaturas, defendendo a sua soberania e as causas populares. À frente do Governô do Estado apenas desejo, como antes, lutar pelo progresso da nossa terra e pela afirmação democrática do nosso povo.

Ao eminente Presidente e prezado Amigo, aos deputados estaduais e aos tuncionários da Assembléia Legislativa, envia o abraço afetuoso de sempre, o


ABREU SODRÉ
- Governador do Estado -

UMA NOITE EM 1961

O resultado do concurso de arquitetura da nova sede da Alesp

Neste ano em que se comemoram os 50 anos da inauguração do Palácio 9 de Julho é importante reviver o processo de escolha do projeto arquitetônico da sede do Poder Legislativo Paulista. Passado meio século, muitas coisas se modificaram em nosso estado e em nosso País. Por isso, ao retomarmos o contato com os acontecimentos daquela época e as ideias que tomaram forma com a construção da sede do Legislativo de São Paulo, nos daremos conta de como os novos parâmetros e exigências do século XXI também repercutem nessa obra.

Antes disso, é importante recordar que ao longo de sua existência, que em 2018 completa 183 anos, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ocupou quatro prédios. Todas estas edificações marcaram e ainda marcam, histórica, cultural e arquitetonicamente, a Cidade de São Paulo. O primeiro, no Pátio do Colégio, foi ocupado pela Assembleia desde sua abertura, em 2 de fevereiro de 1835, até 1878. No ano seguinte a Assembleia passou a ocupar o prédio da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo, no Largo de São Gonçalo. Até 1893 a Assembleia dividiu o espaço no edifício com a Câmara paulistana, daí em diante ocupando-o isoladamente até 1937, quando foi promulgado o chamado “Estado Novo” e fechadas todas as casas legislativas do Brasil. Estes dois primeiros edifícios utilizados pelo Legislativo Paulista não mais existem. A terceira sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo foi o Palácio das Indústrias — situado no Parque D. Pedro II —, no qual a Assembleia Legislativa esteve de 1947 a 1968. Por fim, e quarta e atual sede do Legislativo Paulista, o Palácio 9 de Julho, situada no Parque do Ibirapuera, que foi inaugurada no dia 25 de janeiro de 1968.

É também importante destacar que o atual prédio ocupado pelo Legislativo Paulista, projeto encabeçado pelo arquiteto Adolpho Rubio Morales, foi o único entre os quatro prédios que

ele ocupou a ser construído com o fim específico de alojar o Poder Legislativo paulista.

No dia 14 de junho de 1961, às 19:45 horas, em sessão pública realizada no grande auditório do Teatro Cultura Artística, de São Paulo, na rua Nestor Pestana, no centro da cidade, ocorreu a divulgação do resultado do “Concurso Público de Arquitetura para Escolha de Anteprojeto do Novo Edifício-sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo”. Este concurso, que teve seu anúncio inicial realizado no dia 2 de fevereiro daquele mesmo ano, teve os seus trabalhos conduzidos por uma Comissão Executiva composta pelos deputados Roberto Costa de Abreu Sodré (presidente), Cyro Albuquerque, Vicente Botta, Ruy de Mello Junqueira e Araripe Serpa, Aloysio Nunes Ferreira, Conceição da Costa Neves e Jacob Salvador Zveibil e pelos funcionários Francisco Carlos (secretário), Lafayette Soares de Paula e Nelson Colombini. A esta Comissão prestou serviços como consultor o arquiteto Alberto Rubens Botti. O julgamento técnico dos projetos apresentados foi realizado por uma comissão designada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil e composta pelos arquitetos Ícaro de Castro Mello, Oswaldo Arthur Bratke e Paulo Antunes Ribeiro.

Nesta cerimônia pública, transmitida pela TV Excelsior — Canal 9 [a qual naquela época arrendava o Cultura Artística], os trabalhos foram abertos pelo presidente da Comissão Executiva, o deputado Roberto Costa de Abreu Sodré. Nele, o parlamentar paulista e também, à época, presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, traçou um panorama do processo de realização do Concurso Público:

Senhores e Senhoras — é com grande prazer e marcada honra para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo que hoje estamos neste programa, patrocinado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, numa finalização de trabalho que é uma demonstração do valor

dos arquitetos brasileiros. Eu desejava, de certa forma, fazer um retrospecto, quase uma prestação de contas ao povo de São Paulo, sobre a preocupação que tem a atual Mesa da Assembleia Legislativa e que teve a anterior, também sob minha presidência, no encaminhamento do problema da construção do novo prédio para o Poder Legislativo de nosso Estado. Diversas críticas recaíram sobre esta iniciativa. Argumentava-se que, no instante em que há necessidade de uma série de outras providências no terreno educacional e no terreno da saúde, não se deveria cuidar da construção do prédio da Assembleia Legislativa. Acontece, todavia, que a sede do Poder Legislativo, e, portanto, a base do funcionamento do regime democrático do nosso Estado, está instalada, desde 1946, quando houve a reconstitucionalização do nosso país, em um prédio de condições absolutamente precárias, que foi construído em 1911, pelo Governo de Albuquerque Lins, para exposição agropecuária. Por aí o povo de São Paulo pode compreender a precariedade das acomodações onde está instalada a atual sede do Poder Legislativo do Estado. Tudo isso levou todas as Mesas anteriores, assim como a que foi presidida com grande brilho pelo companheiro que está a nosso lado, deputado

Ruy de Mello Junqueira, a introduzir uma série de reformas nesse prédio velho e precário, a fim de adaptá-lo ao funcionamento do Poder básico da democracia, que é o Legislativo. E chegou-se à conclusão, depois de uma série de estudos, que a Assembleia Legislativa não poderia continuar mais ali, sob pena de não trabalharmos como deveríamos, não produzirmos como deveríamos e não darmos a importância que se deve dar ao funcionamento do Poder Legislativo. Então, os deputados das Mesas anteriores — Araripe Serpa, Cyro Albuquerque, Conceição da Costa Neves, Ruy de Mello Junqueira, Vicente Botta e três funcionários da Assembleia, Francisco Carlos, Lafayette Soares de Paula e Nelson Colombini, nos propusemos a estudar as bases para a construção do novo prédio. Socorremos, então, do Instituto de Arquitetos do Brasil. E fomos encontrar nos jovens e nos velhos arquitetos brasileiros — e, esses jovens e velhos arquitetos que honram a arte brasileira, pois tenho percorrido muitos países e sempre me perguntam o que há de bonito no Brasil e me interpelam a respeito da arquitetura brasileira, pois ela é motivo de discussões e polêmicas

Sedes do Legislativo estadual

- **Pátio do Colégio:** 1835-1878—sob a presidência de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, instalou-se, em 1835, a Assembleia Legislativa Provincial no Pátio do Colégio;

- **Largo de São Gonçalo,** próximo à atual Praça João Mendes-antiga Cadeia e Câmara Municipal: 1879-1889; 1891-1930; 1935-1937. A Assembleia ficou fechada entre 1889-1891, em decorrência da proclamação da República; entre 1930-1935, em virtude da Revolução de 1930 e entre 1937-1947, devido ao Estado Novo;

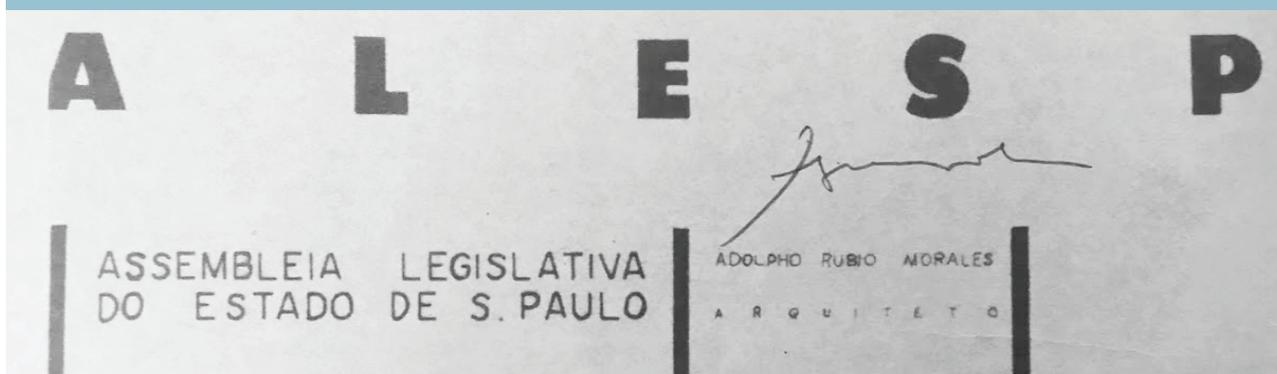
- **Palácio das Indústrias:** 1947-1968-com o restabelecimento do regime democrático, o interventor Macedo Soares determinou que a Assembleia Legislativa ocupasse o Palácio das Indústrias;

- **Prédio atual:** 1968 até hoje.



Pátio do Colégio retratado por Militão Augusto de Azevedo em 1862

Adolpho Rubio Morales



Detalhe da planta do prédio assinada pelo arquiteto Adolpho Rubio Morales

Paulista, do município de Xavantes, onde nasceu aos 12 de janeiro de 1924. Formou-se em Arquitetura em 1951 (Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil, na então capital federal Rio de Janeiro). Após formar-se, voltou para São Paulo, fixando trabalho na Capital

do Estado. Projetou também o edifício sede da Rádio e Televisão Bandeirantes e o primeiro prédio do Hospital Santa Catarina, na avenida Paulista. Obteve importantes prêmios no país e no exterior. Faleceu aos 87 anos de idade, em 13 de outubro de 2011, em São Paulo.

no mundo todo — eficientes colaboradores. Tivemos, então, a colaboração dos arquitetos Ícaro de Castro Mello e Alberto Rubens Botti para estudar as bases do concurso do anteprojeto da nova sede da Assembleia Legislativa. Procuramos revestir esse concurso do maior rigor possível, não só para incentivar os nossos arquitetos como também para estabelecer normas a serem seguidas nos concursos públicos, pois precisamos, antes de mais nada, valorizar os nossos profissionais. E a maneira de valorizá-los é fazer concursos que atendam exclusivamente ao critério de seleção pelo valor, sem cuidar do aspecto político ou afetivo. Essa orientação recebeu elogios não apenas do Instituto de Arquitetos do Brasil, como também do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através da palavra do Ministro Romeu Ferraz, dizendo que a Assembleia Legislativa havia dado um grande exemplo ao estabelecer um concurso com o maior rigor de técnica, dando oportunidade a todos os arquitetos não só do nosso Estado como de todo o Brasil. E hoje chegamos ao final de um trabalho que nos orgulha, a nós,

membros da Assembleia Legislativa, e aos membros da Comissão Julgadora, por termos feito um concurso que atendeu a todas essas normas, valorizado a instituto da concorrência, o instituto do concurso e dando projeção a esta classe de técnicos, de artistas, que são os arquitetos do Brasil — orgulho do nosso país. Não poderia terminar sem deixar consignado, em nome da Assembleia Legislativa, o profundo agradecimento não só ao Instituto de Arquitetos do Brasil como aos três membros da Comissão Julgadora, que são: o presidente do Instituto, Seção de São Paulo — Dr. Ícaro de Castro Mello; Dr. Paulo Antunes Ribeiro, representando os arquitetos do Estado da Guanabara e que trouxe sua colaboração e sua experiência para que o julgamento se revestisse do maior rigor e atendesse ao melhor espírito de justiça; e esse decano — permito-me chamá-lo assim, como o fazem todos os arquitetos de São Paulo — esse mestre da arquitetura que é Oswaldo A. Bratke, que vão, em verdade, dar sentido ao resultado, que esperamos atenda não só aos desejos da materialização deste sonho dos deputados de São Paulo como também à

valorização do Poder Legislativo, tão indispensável à sobrevivência da democracia.

A seguir tomou a palavra o arquiteto Alberto Rubens Botti, consultor indicado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção de São Paulo, que elaborou o edital do concurso, em colaboração com a Comissão Executiva, o qual assim se expressou:

Senhores, é grande a nossa satisfação por estarmos aqui, hoje, nesta grande festa de encerramento do Concurso de anteprojetos para a execução da nova sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Queremos, antes de mais nada, agradecer aos senhores concorrentes, pelo brilho que emprestaram

a este concurso, através de sua presença. Agradeço, ainda, aos membros da Comissão Executiva pelo esforço e pelo apoio que sempre nos deram e também aos vários funcionários da Casa, que nunca mediram esforços no sentido de dar a este certame o que todos nós esperávamos. Terminando, eu gostaria de lembrar que esse sucesso se traduziu em 197 inscrições, sendo 46 os anteprojetos entregues, número jamais alcançado em concurso algum do país. Vou passar a palavra, em seguida, ao Dr. Ícaro de Castro Mello, que irá proceder à leitura da ata da Comissão Julgadora.

Como anunciado, usou da palavra o arquiteto Ícaro de Castro Neves, lendo a ata em que se concluíram os trabalhos da Comissão Julgadora:

Anteprojeto

No anteprojeto apresentado no concurso, Adolpho Rubio Morales assinala:

Nos termos do edital, o programa mínimo determinava setores distintos como político, técnico, administrativo, os quais, complementados pelos serviços gerais, exigem um entrosamento que atenda ao funcionamento de todos os órgãos no sentido de servir mais prontamente aos trabalhos parlamentares, bem como estabelecia áreas e ligações que permitissem independência nos acessos e nas circulações.

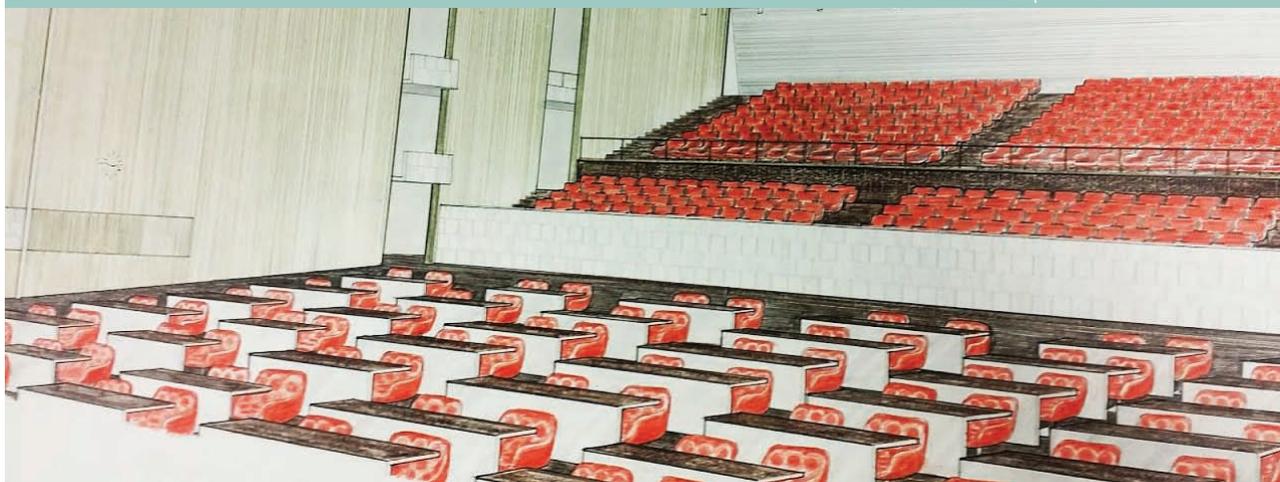
Do estudo pormenorizado das exigências do edital puderam os autores do projeto

inferir que todas as peças ou dependências, embora ligadas umas às outras por ordem de correlação ou por ordem de justaposição, deveriam servir de imediato ao plenário, presidência e diretoria geral, em função da atividade legislativa.

(...)

Em se tratando de obra de caráter monumental, o edifício deveria expressar presença própria, e dotado de elementos que valorizassem os termos volumétricos, respeitando portanto um conjunto de fatores que importasse na simbolização de uma entidade representativa da vontade popular no que concerne à edificação pública.

Croqui - Plenário Juscelino Kubitschek





Plenário após reforma

No dia 28 de novembro de 2006, o plenário Juscelino Kubitschek foi reinaugurado após passar pela primeira reforma após a inauguração. Foram feitas adaptações para deficientes físicos, substituição do mobiliário, das instalações elétricas, de telefone e da rede de informática. O registro do voto dos deputados no painel eletrônico passou a ser por identificação digital. A modernização do plenário foi concebida pelo arquiteto Adolpho Rubio Morales, detentor dos direitos autorais da reforma.

“Concurso público para escolha do anteprojeto do edifício a ser construído para o Palácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Ata de julgamento. Aos 14 dias do mês de junho de 1961, às 14 horas, reunidos no edifício Armando Arruda Pereira, sede do Museu de Arte Moderna de São Paulo, os arquitetos Ícaro de Castro Mello, Oswaldo Arthur Bratke e Paulo Antunes Ribeiro, membros da Comissão Julgadora do concurso acima referido, tendo recebido no dia 31 de maio próximo passado para julgamento os 46 projetos apresentados pelos concorrentes, organizaram o presente documento, que representa o resumo dos minuciosos exames a que procederam nas várias sessões realizadas, para estabelecerem a classificação objetivada.

Logo depois de recebidos os projetos, em número de 46, como foi dito, reuniu-se a Comissão Julgadora para estabelecer, de comum acordo, como seriam julgados os trabalhos apresentados, ficando deliberado que seriam eles examinados tendo em vista os três pontos básicos seguintes:

- A – Caráter e plástica,
- B – Implantação,
- C – Função.

Originou-se esse roteiro da recomendação da própria Assembleia, na pessoa de seu Presidente, quando disse:

‘A construção, em lugar apropriado na Capital

paulista, de um edifício que propicie à Casa de Leis o exercício normal de suas funções específicas, não só possibilitará maior rendimento às atividades parlamentares, como oferecerá o indispensável decoro e as instalações condizentes com a majestade do Poder, que, mais que qualquer outro, encarna e reflete a soberania popular.’

À vista do que a Comissão resolveu que os dois primeiros itens A e B fossem considerados eliminatórios e que o terceiro C constituísse o exame da etapa final, subdividido ainda nos subtítulos seguintes:

- a – Planta,
- b – Solução estrutural,
- c – Circulação e interligação,
- d – Expressão arquitetônica em relação à função.

Estimou ainda, como da máxima importância, a apresentação clara e precisa dos diversos desenhos que constituem o projeto de cada um dos concorrentes.

Terminada essa fase, cada membro da Comissão examinou detalhadamente um a um os 46 projetos apresentados para julgamentos, após o que, estando os três membros do Júri com pleno conhecimento dos trabalhos, reuniram-se então novamente para deliberar em conjunto. Ao fazê-lo verificaram que a ideia comum aos três era de lamentar que ainda, num concurso dessa importância, alguns concorrentes apresentassem

indicações vagas e sucintas, soluções falsas, extemporâneas e berrantes e estruturas extravagantes, menosprezando o lado racional, singelo e econômico das soluções espontâneas, embora tivessem encontrado, à primeira vista, trabalhos de valor, como era de esperar.

Prosseguindo nos seus trabalhos, a Comissão selecionou uma série de projetos que passariam então a ser examinados baixo às condições constantes do item C e seus subtítulos.

Passados pelo crivo rigoroso dessa parte do exame, foram separados 10 desses trabalhos, dos quais, reexaminados eles nos seus mínimos detalhes, foram ainda eliminados mais dois, restando assim oito finais, que foram então classificados, na ordem de seus méritos, segundo a determinação do programa.

Finalmente, depois de vários confrontos, comparações e exames a Comissão Julgadora assim classificou os oito trabalhos escolhidos:

1º lugar – projeto nº 85

2º lugar – projeto nº 69

3º lugar – projeto nº 60

... e mais os cinco seguintes: projetos nºs. 79, 84, 87, 89 e 91.

O projeto de nº 85, classificado em primeiro lugar, é sem dúvida alguma o melhor apresentado.

Da implantação escolhida resultou um conjunto cuja majestade espontânea e o caráter indicam o fim a que se destina o edifício.

A simplicidade com que foi resolvido o problema, seja do ponto de vista plástico, seja do da função, evitou artifícios onerosos ou comprometedores,

tornando também sua estrutura de solução simples e econômica, sem prejuízo, entretanto, de qualquer outro aspecto do projeto.

Ainda, pelo fato de ter optado pela solução horizontal, propiciou, sem dúvida alguma, uma circulação e interligação mais fácil, econômica e confortável. A Comissão recomenda para este projeto um melhor tratamento plástico do plenário, o qual deverá ser objeto, de futuro, de estudo mais profundo, para que esta peça da Assembleia, uma das principais, tenha o aspecto que merece. Apesar disto, é indiscutivelmente, como já foi dito, o melhor trabalho apresentado.

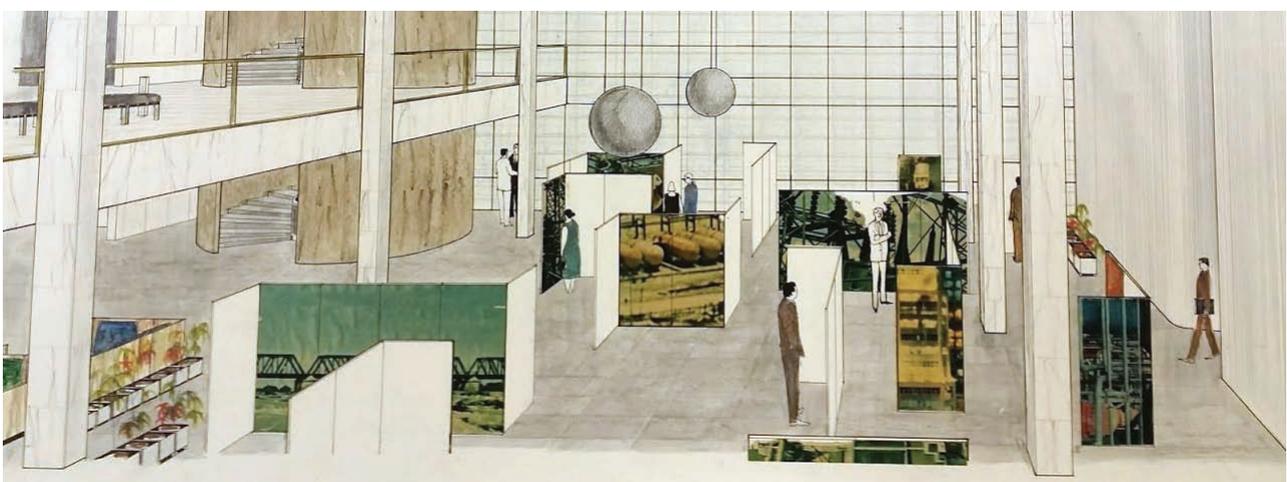
Os projetos classificados em segundo lugar e terceiro lugar, respectivamente de nºs 69 e 60, podem ser criticados conjuntamente, uma vez que os dois, revelando profissionais capazes, têm as mesmas características, positivas e negativas.

Possuem os dois boa implantação, mas têm contra: a – majestade provocada por artifícios forçados; b – falta de unidade de conjunto; c – soluções estruturais antieconômicas; d – circulação e interligações prejudicadas pelo partido adotado.

Caracteriza-se o de nº 69 pela má relação área utilizável, elevadores, resultante de uma imposição plástica desnecessária.

Quanto ao de nº 60 é principalmente falho na agressividade da rampa, forçando uma determinante plástica também desnecessária.

Em relação aos outros trabalhos, não pareceu necessário à Comissão criticá-los, se bem que tenham eles, como os outros, sido objeto de



Croqui - Hall Monumental com exposição



Assinatura do contrato de urbanização do jardim do prédio novo -17.9.64

acurados exames e estudos.

Ao encerrar este julgamento, a Comissão congratula-se com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e com o Instituto de Arquitetos do Brasil pela maneira como foi organizado e realizado o presente concurso, cujo resultado é uma mostra de alto nível profissional, relegadas as considerações de caráter negativo acima apontadas, que se referem, felizmente, a uma pequena percentagem dos concorrentes.

E assim, de pleno acordo, os três arquitetos que compõem a Comissão Julgadora, subscrevem a presente ata, desejando ver em breve iniciada a construção desse monumental e majestoso edifício destinado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

- (a) Ícaro de Castro Mello
- (a) Oswaldo Arthur Bratke
- (a) Paulo Antunes Ribeiro.”

Após a publicidade da ata de julgamento, a Comissão Executiva, depois de pôr-se de acordo com a decisão anunciada, divulgou os nomes dos autores dos trabalhos escolhidos e mencionados na ata na ordem de sua colocação: 1^o) Adolpho Rubio Morales; 2^o) Eduardo Knesse de Mello; 3^o) Miguel Alves Pereira; 4^o a 8^o) Jon Andoni Vergarechi Maitre

Jean, Carlos Frederico Ferreira, Maurício Kogan, Hans Broos e Rubens Carneiro Vianna. Os prêmios em dinheiro, previstos no edital e destinados aos três primeiros colocados foram, respectivamente, 2 milhões de cruzeiros, um milhão de cruzeiros e quinhentos mil cruzeiros. Os cinco restantes receberam 100 mil cruzeiros cada.

O projeto vencedor teve suas características mais importantes divulgadas nas principais revistas de arquitetura brasileiras de então [*Acrópole*, nº 273, de agosto de 1961; *Módulo*, nº 24, de agosto de 1961, e *Arquitetura*, nº 1, de setembro de 1961]. O projeto seria em terreno, cujas principais características eram assim descritas:

Com metragem aproximada de 30.000 metros quadrados, localizado no parque Ibirapuera [...] esta área possui uma depressão na sua parte central, onde se apresenta um represamento de água, instável por ser resultante da captação de águas esgotadas nas vizinhanças e colhidas por um riacho que em planta topográfica aparece como divisa do terreno da Assembleia.

A seguir o projeto descreve a paisagem onde se instalaria a nova sede do Legislativo, muito diferente da hoje existente:

O prédio

1 - Plenário Juscelino Kubitschek: plenário principal, onde as sessões ocorrem. O bloco único horizontal foi adotado pelos arquitetos tendo o plenário, com 16 metros de altura, como centro do Poder Legislativo, para que se garantisse a proximidade dos serviços necessários ao seu funcionamento.

2 - Auditórios Franco Montoro Teotônio Vilela e Paulo Kobayashi: solenidades.

3 - Plenários Dom Pedro 1º, Tiradentes e José Bonifácio: onde são realizadas as comissões temáticas. Em todos há espaço para o público acompanhar as sessões.

4 - Hall monumental: onde são prestadas homenagens, entrada de autoridades, onde são veladas pessoas ilustres.



Hall Monumental



Plenário D. Pedro I



Plenário José Bonifácio



Plenário Juscelino Kubitschek, original

O local atualmente se mostra aberto às visuais que poderiam ser consideradas longas, posto que ao longo da Avenida Brasil [hoje o trecho ocupado pelo terreno onde foi edificado o Palácio 9 de Julho chama-se Avenida Pedro Álvares Cabral] à boa distância se inserem os edifícios horizontais do conjunto [do Parque] Ibirapuera; ao longo da rua Abílio Soares, terrenos vagos destinados a edificações de porte; velódromo e ginásio de esportes, na rua Curitiba; casario baixo e desordenado, na rua Manoel da Nóbrega. Portanto, em razão da paisagística, a escolha do terreno considerou um afastamento razoável em relação à vizinhança de sorte a atender a necessidade de individualizar bem a Assembleia.

Sobre os pavimentos do novo prédio [no qual atualmente alguns deles tiveram outras destinações distintas em sua origem], assim o projeto os detalha:

O pavimento semienterrado [atualmente denominado de subsolo] não será visível e se localizará dentro do grande espelho d'água [que hoje não mais existe]. Sua iluminação parcial será obtida através de uma faixa aberta, na altura máxima da parede, junto à laje do primeiro piso. Nesse pavimento serão distribuídas as instalações de ar condicionado, garagem para 25 carros e serviços gerais.

Térreo – Plenário (16 metros de altura), gabinete dos membros da Mesa, salão privativo dos deputados, cabines telefônicas, cerimonial, recepção nobre, salão do café, assistência técnica da Mesa, serviços médicos, e dependências sanitárias completas.

1ª - Gabinete dos membros da Mesa, sala de imprensa, sala de estar (deputados), tribuna de imprensa e tribunas especiais (debruçadas para o Plenário), taquígrafia, parlatório dos deputados e sede da Afaesp – Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2ª - Plenarinhos, divisão dos serviços legislativos, sala de reunião e biblioteca da Afaesp, parlatórios, comissões e galeria das tribunas populares (debruçadas para o plenário).

3ª - Parlatórios, sala de cursos da Afaesp, tribunas populares dos plenarinhos, e, ainda debruçadas

para o Plenário, serviços de som e de televisão da Assembleia.

4ª - Terraço pergolado semicoberto, de 45 metros por 30 metros, bibliotecas para deputados, público e funcionários, restaurante privativo dos deputados, alojamento e guarda com terraço privativo.

É importante recordar que em 2009 foi inaugurado um edifício anexo ao prédio original, cujo projeto foi também de autoria do arquiteto Adolpho Rubio Morales.

Por fim, apresenta-se no segmento do anteprojeto dedicado a “Dados Gerais”, a concepção monumental e integral idealizada para o Palácio 9 de Julho. Nele, pode-se perceber que tudo no prédio foi então exclusivamente estruturado dentro de tais parâmetros.

O prédio será dotado de ar condicionado na quase totalidade das peças, intercomunicação telefônica, radiocomunicação interna e externa, tratamento acústico nas dependências especiais, serviço para rádio e televisão, rede de sinalização especial para localização e chamada de deputados. Internamente, o prédio sofrerá tratamento adequado na expressão e na durabilidade, recebendo especial cuidado os grandes halls e os ambientes nobres, com o uso de mármore, da madeira, e de metais nobres; para as esquadrias, alumínio anodizado, e de alumínio fundido os elementos vazados que protegem os paramentos exteriores; coroamento e embasamento em granito cinza, e de mármore as rampas e paredes das entradas. Os demais complementos, sejam decorativos ou paisagísticos serão executados sob a assistência e orientação dos arquitetos. Assim, painéis, esculturas, tapetes, mobiliários, cristais, iluminação, etc., ajustar-se-ão às características do prédio.

Enfim, encerrada a cerimônia do dia 14 de junho de 1961, imediatamente iniciaram-se as medidas com vistas à construção do prédio. Como se sabe, os trabalhos seriam concluídos quase sete anos depois, em 25 de janeiro de 1968, com a inauguração da nova sede do Poder Legislativo do Estado de São Paulo.